

**LIVROS DIDÁTICOS EM ESPAÇOS SOCIOCOMUNITÁRIOS.
PARA ALÉM DOS MUROS ESCOLARES, NOVAS FUNÇÕES¹**
**TEXTBOOKS IN COMMUNITY SPACES. BEYOND THE SCHOOL WALLS,
NEW MEANINGS AND FUNCTIONS**
**LIBROS DE TEXTO EN ESPACIOS COMUNITARIOS.
MÁS ALLÁ DE LOS MUROS DE LA ESCUELA, NUEVAS FUNCIONES**

Tânia Maria BRAGA GARCIA* & Wagner Luís BARBOSA**

*Universidade Federal do Paraná ** Rede Estadual de Ensino do Paraná

Fecha de recepción: 19.V.2021

Fecha de revisión: 16.IX.2021

Fecha de aceptación: 02.XI.2021

PALAVRAS-CHAVE:

Leitura;
Desigualdade social;
Programa Nacional
do Livro Didático;
Manuais escolares;
Reutilização

RESUMO: O estímulo a práticas de leitura deve ser assumido como um dever e um direito, pois é fator de desenvolvimento social especialmente em países com acentuada desigualdade social e acesso restrito de grande parte da população a níveis mais elevados de escolarização. Os livros didáticos, no Brasil, são distribuídos gratuitamente para uso em escolas públicas, em um Programa Nacional criado em 1985 para dar suporte ao ensino. O programa entrega às escolas livros avaliados e aprovados com base em critérios estabelecidos em editais públicos. Os livros são utilizados pelos alunos e alunas e permanecem na escola ao final de cada ano, para serem reutilizados nos anos seguintes, durante ciclos de 3 a 4 anos. Para onde vão os livros quando o ciclo de uso termina? A pesquisa investigou o que acontece com os livros após o seu período legal de uso, para saber se eles continuam circulando, como e onde circulam, quem os utiliza e com quais finalidades. Os procedimentos metodológicos incluíram análise da legislação sobre o descarte de livros, entrevistas em escolas para conhecer processos de reaproveitamento e descarte dos livros e um levantamento exploratório de experiências de reutilização de livros após seu ciclo de uso nas escolas. Os resultados indicaram caminhos que os livros percorrem fora dos muros das escolas, em especial por ações de sujeitos que atuam em cooperativas de catadores de materiais recicláveis que destinam os livros descartados para projetos sociais e para salas de leitura em espaços comunitários, nas regiões periféricas das cidades. As conclusões destacam o valor de experiências individuais e institucionais de reaproveitamento dos livros, apontando sua relevância em comunidades vulneráveis que, assim, dão novos significados e funções aos livros didáticos, evidenciando o valor dessas ações para o desenvolvimento social de tais comunidades.

CONTACTO CON LOS AUTORES

Tânia Maria Braga Garcia. E-mail: tanbraga@gmail.com

¹ Pesquisa realizada com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério de Ciência e Tecnologia, Brasil.

Os autores agradecem à Dra. Suzete Bornatto e à Dra. Rosane Teixeira pelos diálogos acadêmicos sobre o tema

KEY WORDS: Reading; Social inequality; National Textbook Program; Textbooks; Reutilization	ABSTRACT: The incentive to reading practices must be understood as a duty and a right, for it is a factor of social development, especially in countries with accentuated social inequality and restricted access of a large part of the population to higher levels of schooling. This exploratory research investigated what happens with textbooks after their legal use period in order to find out if they remain being used, how and where they are used, by whom and for which purposes. The study included the analysis of the legislation regarding book disposal, interviews in schools aiming at understanding the processes of reuse and disposal of books, and the collection of experiences of book reutilization beyond the school walls. The results presented the ways books circulate outside of schools, particularly through subjects working at collectives of gatherers of recyclable materials, who collect the books and forward them to social projects, reading rooms in community spaces and to families in peripheral areas. The conclusions highlight the importance of individual and institutional experiences to reuse textbooks, indicating their relevance in disadvantaged communities. These communities, on their turn, provide the textbooks with new meanings and functions and reveal the importance of these actions to the local social development.
PALABRAS CLAVE: Lectura; Desigualdad social; Programa Nacional de Libros de Texto; Manuales escolares; Reutilización	RESUMEN: El fomento a las prácticas de lectura debe asumirse como un deber y un derecho, por ser un factor de desarrollo social especialmente en países con marcada desigualdad social y acceso restringido de gran parte de la población a niveles superiores de escolaridad. La investigación de naturaleza exploratoria investigó qué sucede con los libros de texto después de su período legal de uso dentro del Programa Nacional de Libros de Texto, para saber si continúan circulando, cómo y dónde circulan, quién los usa y con qué fines. Metodológicamente, el estudio incluyó el análisis del contenido de la legislación sobre el descarte de libros, las entrevistas en las escuelas para conocer los procesos de reutilización y descarte de libros y un relevamiento de experiencias de reutilización de libros fuera de los muros escolares. Los resultados indicaron caminos que los libros toman más allá de los muros de las escuelas, especialmente por acciones de sujetos que laboran en cooperativas de recolectores de materiales reciclables que recolectan y destinan libros desechados para los proyectos sociales, para salas de lectura en espacios comunitarios y para familias en la periferia. regiones de ciudades. Las conclusiones resaltan el valor de las experiencias individuales e institucionales en la reutilización de libros, señalan su relevancia en comunidades vulnerables que, así, dan nuevos significados y funciones a los libros de texto y resaltan el valor de estas acciones para el desarrollo social de dichas comunidades, para salas de lectura en espacios comunitarios y para familias en las regiones periféricas de las ciudades. Las conclusiones resaltan el valor de las experiencias individuales e institucionales en la reutilización de libros, señalan su relevancia en comunidades vulnerables que, así, dan nuevos significados y funciones a los libros de texto, y el valor de estas acciones para el desarrollo social de dichas comunidades.

1. Notas introdutórias

O escritor argentino Alberto Manguel fez uma afirmação direta e simples sobre a importância da leitura em uma sociedade da escrita: “Ler sempre é um ato de poder” (Manguel, 2018). Dessa ideia deriva-se o entendimento de que uma forma de tirar o poder dos cidadãos é fazer com que não leiam, que não aprendam a ler ou que pensem que a leitura é uma atividade reservada à elite, aos intelectuais ou a outros grupos particulares. Ainda segundo o escritor, a sociedade teme o poder do leitor, que consiste não apenas em ler, mas julgar e interpretar o que lê, atribuir significados ao texto e “devolver” o texto à sociedade, incorporando a sua contribuição e a de outros leitores que o antecederam também.

Autores como Roger Chartier (1999) compartilham dessa compreensão sobre o poder dos livros e dedicam-se ao estudo das práticas de leitura em dados momentos históricos, analisando relações entre leitores, suportes e modos de ler. Contribuições têm sido dadas por este autor aos debates sobre as novas formas de ler derivadas

das tecnologias de informação e comunicação, em que a função de leitor se associa à função de navegador.

Pode-se, então, encontrar no campo de estudos sobre a leitura, algum consenso sobre o fato de que, mesmo na sociedade hipertecnologizada (Lipovetsky & Serroy, 2011), há uma convivência entre o impresso e o digital e, de momento, não se projeta uma substituição de um formato por outro. Ambas as funções, leitor e navegador, coexistem e demandam habilidades comuns, mas também diferenciadas que necessitam ser desenvolvidas para que as possibilidades e oportunidades de participação na vida social sejam distribuídas de forma igualitária a todas as pessoas.

Assim, as sociedades complexas atribuem à escolarização a função de ensinar a ler e escrever. Mesmo em países desenvolvidos, pesquisadores têm se preocupado com o alto número de crianças e jovens que não aprendem a ler, que têm dificuldades nesse processo ou que não desenvolvem competências mais elevadas de leitura e escrita. Em diferentes idiomas, conceitos como *literacy problem* ou *illiteracy* (nos Estados Unidos), *situation*

d'illettrisme (na França), analfabetismo funcional (no Brasil), ou expressões equivalentes fazem referência ao distanciamento entre sujeitos e leitura.

Alguns estudos dirigem-se aos aspectos neurológicos da cognição nos processos de leitura e escrita, como Kolinski et al. (2018), abordagem fortalecida nas últimas décadas na busca de estratégias para treinamento/desenvolvimento das habilidades necessárias; outros estudos colocam ênfase em aspectos linguísticos, sociais e culturais (Waldfoegel, 2012), focalizando políticas de atendimento às crianças e jovens no estímulo e desenvolvimento das práticas de leitura, seja por meio da circulação de livros no espaço social, seja pelo trabalho escolar, ou ainda pelo envolvimento das famílias e comunidades em tais práticas.

Outras análises procuram conectar essas abordagens, buscando compreender elementos que definem o sucesso, as dificuldades ou o fracasso das sociedades em ensinar a ler e escrever, competências essenciais para o desenvolvimento em sociedades da escrita, mas hoje também no mundo globalizado. Esta vinculação é apontada em relatórios de organismos internacionais como a UNICEF, e é levada em consideração tanto nas políticas públicas de países pobres como em países ricos, os quais enfrentam dificuldades com as populações locais de forma ampla, mas também com populações originais, grupos minoritários e/ou grupos de imigrantes.

No Brasil, desde algumas décadas construiu-se teoricamente a ideia de que os objetivos da escola devem considerar as múltiplas “facetas da alfabetização” (Soares, 2004), evidenciando a complexidade desse processo. Nessa questão, deve-se considerar a desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira, em decorrência de sua história e das opções feitas ao longo dela para buscar caminhos de desenvolvimento, políticas e prioridades educativas.

Paulo Freire é reconhecido em muitos países pelas suas contribuições quanto às práticas de leitura e escrita, em especial em sociedades desiguais. Segundo ele, a leitura do mundo precede a leitura da palavra, ideia que remete à valorização da dimensão cultural nos processos de ensino e aprendizado (Freire, 1989). Desde a década de 1960, o autor aponta que um dos fatores que produzem o fracasso na produção de sujeitos leitores seria a ausência de conexão entre as culturas dos alunos e os textos e processos de ensino de leitura e escrita na escola.

Em países desenvolvidos, segundo Soares (2004, p. 6), houve “a necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever resultantes da aprendizagem do

sistema de escrita” de forma relativamente independente dos problemas de aprendizado básico do ler e escrever; contudo, no Brasil, a questão têm sido examinada a partir da articulação entre as duas dimensões, com a utilização de dois conceitos: alfabetização e letramento. Eles “se mesclam, se superpõem, frequentemente se confundem” (2004, p. 7).

Essa forma de interligar o aprendizado inicial às práticas sociais mais complexas está presente na produção de conhecimentos sobre a leitura e seu aprendizado nas últimas décadas e marcou também a produção de livros didáticos brasileiros para o ensino da língua materna - o Português. As discussões teóricas foram incorporadas ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), responsável pela definição de orientações para a produção de livros didáticos para as escolas públicas, em todas as disciplinas escolares.

A partir de critérios técnicos publicizados, as editoras comerciais apresentam suas obras para avaliação de especialistas. Se aprovados, os livros são incluídos em um Guia do Livro Didático, no qual os pareceres dos avaliadores são divulgados para subsidiar a escolha das escolas; a aquisição e a distribuição são feitas pelo governo federal. Para um país como o Brasil, o programa reveste-se de importância e é entendido como uma política pública necessária.

Uma razão para isso é a desigualdade social que se manifesta, entre tantas formas, pela restrição das populações rurais e urbanas aos livros, de forma ampla. Mesmo nos centros urbanos de muitos municípios brasileiros faltam equipamentos como bibliotecas e salas de leitura, embora em alguns centros maiores sejam encontradas bibliotecas que funcionam 24 horas por dia, oferecendo acervo diverso e atualizado para diferentes leitores, espaços confortáveis e adequados para ler ou pesquisar, com internet, entre outros serviços - estas são raríssimas, como a Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo. Também existem pequenas bibliotecas nos bairros de algumas cidades, muitas vezes associadas às escolas (como os Faróis do Saber, em Curitiba).

Contudo, há pouco acesso aos livros e bibliotecas, mesmo em grandes centros urbanos, e são poucos os investimentos públicos em bibliotecas também nas áreas rurais, restringindo-se as práticas de leitura ao que se faz nos espaços escolares, muitas vezes a partir de projetos de organização de acervos com contribuições das próprias comunidades escolares ou projetos sociais de fundações ligadas ao mundo empresarial. Portanto, não é difícil compreender que os livros didáticos sejam o principal material de leitura para muitos brasileiros.

Em edições sucessivas, a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (Instituto Pró-Livro 2011, 2015, 2019) aponta que os livros didáticos foram referidos como o segundo gênero de leitura mais frequente por 32% dos leitores, em 2011; e ficou entre os cinco primeiros gêneros referidos por 16% dos leitores em 2015 e 2019. Outro dado a ser destacado é que a frequência de leitura diminuiu intensamente ao longo da escolarização e se acentua entre jovens e adultos que não estão estudando, evidenciando que, no caso brasileiro, as práticas de leitura estão fortemente vinculadas à escolarização.

Deve-se, então, ressaltar a importância do PNLD, iniciado em 1985 e que se manteve em desenvolvimento até 2017, apesar de seus limites e dificuldades apontadas em diferentes pesquisas (Borowic & Garcia, 2020; Cassiano, 2016; Chaves, 2008; Garcia, 2016; Romanelli, 2019; Vieira, 2018). A existência de processos avaliativos em cooperação com as universidades, realizados por especialistas e com participação de professores da Educação Básica, permitiu um aperfeiçoamento dos livros destinados às escolas públicas, tanto nos conteúdos como na forma.

Em especial no caso dos livros para ensino da língua materna – o Português – com base nas concepções de alfabetização e letramento e com apoio em estudos linguísticos, os editais exigiram a presença de textos de diferentes gêneros, o que promoveu algumas transformações positivas, ainda que dentro de limites como o impedimento para a presença de obras completas em alguns gêneros, e outros decorrentes de não autorização de uso por detentores de direitos autorais. Apesar disso, os livros dão acesso a um acervo de textos que inclui poemas, crônicas, contos, textos de divulgação científica, jornalísticos, e outros que circulam na vida social como cartas, bulas de remédio, receitas, instruções de uso de aparelhos eletrônicos domésticos, para citar apenas alguns.

Em outras disciplinas escolares, os livros de forma indireta também foram afetados por critérios de avaliação aplicados aos livros de língua materna, os quais, somados a critérios específicos de cada uma delas, promoveram mudanças como a presença de documentos históricos, de imagens que reproduzem obras de arte, e mesmo encartes com músicas. Por essas considerações analíticas, pode-se afirmar que os livros didáticos brasileiros hoje apresentam um grau bastante razoável de qualidade em relação à presença de gêneros textuais e, embora não substituam a leitura de outros gêneros, são materiais de leitura que não devem ser desprezados. Efetivamente, pesquisas têm mostrado que mesmo quando pouco usados no trabalho cotidiano das aulas, pelo professor, os

alunos usam os livros didáticos de forma autônoma, seja para leitura por prazer, seja para estudo e realização de pesquisas (Moraes & Garcia, 2020; Vieira, 2018).

Com essas referências que focalizam a desigualdade de acesso aos livros, a presença dos livros didáticos como leitura mais frequente da população brasileira, a presença dos livros nas escolas públicas em ciclos e o seu descarte após o período legal de uso, perguntou-se: o que acontece com os livros após esse ciclo de uso? **São reutilizados?** Por quem e para quê? Apesar da numerosa produção de pesquisas sobre o PNLD, sobre os processos de avaliação e de escolha, e de uma produção pouco numerosa sobre os usos dos livros na vida escolar, quase nada se sabe sobre o destino dos livros, que aqui é considerado um lixo valioso (Barbosa, 2021). Para responder a essa questão, desenvolveu-se o estudo detalhado a seguir.

2. Contextualização e procedimentos metodológicos

Considerando-se a ausência de pesquisas anteriores sobre o tema, a opção foi realizar uma investigação empírica de natureza exploratória para identificar e esclarecer processos de circulação dos livros didáticos após o encerramento do seu prazo legal de uso previsto pelos editais públicos do PNLD. Para isso, foram estabelecidos objetivos específicos e os procedimentos adequados a cada um deles, como se apresenta a seguir.

a) Para identificar e situar as normas legais quanto aos processos de descarte dos livros, foram analisados documentos do PNLD que regulamentam o programa em nível federal, em todas as suas ações e etapas. De forma complementar, foram analisados documentos produzidos em nível estadual. A análise documental usou procedimentos de análise do conteúdo, na perspectiva de Garcia (2020), que enfatiza as dimensões epistemológicas e didáticas na construção das categorias de análises. Nos documentos, foi privilegiada a busca de elementos relacionados à normatização do uso dos livros, às responsabilidades de preservação e cuidados das obras recebidas para uso dos alunos/as e às orientações dadas pelas autoridades sobre o descarte dos livros.

Para a análise documental foram demarcadas temporalmente duas fases. A primeira fase incluiu documentos correspondentes ao período em que se registraram ações de controle dos livros na década de 1930, a criação do PNLD em 1985, quando se propôs a reutilização dos livros em anos subsequentes, e se estendeu até a década de 1990, quando ocorreram reformas educativas

com novas orientações curriculares e processos de avaliação das obras antes de sua publicação.

A segunda fase incluiu as legislações produzidas após as reformas educativas, especialmente a partir de 1996, quando se aperfeiçoaram sistemas de avaliação de acordo com as orientações curriculares nacionais e foram propostos critérios para a produção de livros para as escolas públicas. Gradualmente se fortaleceu a ideia de que os livros são patrimônio da escola, cedidos temporariamente aos alunos e descartados ao final do ciclo de uso.

b) Para identificar formas de descarte e reaproveitamento dos livros didáticos, segundo objetivo específico do estudo empírico, foram realizadas entrevistas com dirigentes e coordenadores pedagógicos de escolas públicas. As escolas foram escolhidas aleatoriamente entre grupos formados previamente, de acordo com o tamanho da escola e de sua localização na cidade. Após consulta, três escolas aceitaram participar da pesquisa para explicar seus procedimentos em relação ao descarte dos livros após o encerramento do ciclo de uso. Uma breve descrição permitirá conhecer características gerais de cada uma dessas escolas, a partir das informações registradas por Barbosa (2021, p. 127-133).

A Escola 1 pertence à rede estadual de ensino e atende alunos de Ensino Fundamental II (jovens de 11 a 14 anos), Ensino Médio (jovens de 15 a 17 anos) e oferece Educação de Jovens e Adultos. Está localizada em área central da cidade de Curitiba (Paraná, Brasil) e o público atendido vem de diferentes lugares, seja da região central, seja de diferentes pontos da região metropolitana. A pessoa responsável pela direção respondeu solicitadamente as perguntas formuladas e informou que, apesar da escola ser antiga e de médio porte, nunca antes havia recebido pesquisadores.

A Escola 2 também é da rede estadual de ensino e está localizada na divisa entre Curitiba e outro município da região metropolitana. Oferece Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. O público da escola é diversificado, pois embora localizada em Curitiba, recebe alunos do município vizinho, atendendo a população que mora nas duas localidades. Nesta escola, a entrevista foi realizada com a bibliotecária, indicada pela direção para dar as informações sobre os livros didáticos.

A Escola 3 pertence também à rede estadual de ensino e está localizada em um bairro de alto nível socioeconômico da cidade de Curitiba. A escola oferece Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos e atende, em sua

maioria, as famílias que moram no seu entorno. A entrevista foi realizada inicialmente com as pessoas responsáveis pela coordenação pedagógica e pela direção adjunta da escola.

Embora com características diferentes quanto à localização geográfica e à população atendida, as três escolas são regidas pela mesma normativa no que se refere aos processos de descarte dos livros didáticos após seu período regulamentar de uso, condição mais adequada para fazer análises comparativas desses procedimentos. O fato de terem distribuição geográfica em localidades diferentes foi um critério necessário para atender ao objetivo de identificar, de forma exploratória, caminhos percorridos pelos livros fora dos muros escolares.

A entrevista foi agendada e realizada com base em um roteiro previamente elaborado, mas com flexibilidade para incluir particularidades. Em cada escola, as respostas foram apresentadas por profissionais responsáveis pela gestão ou pela coordenação pedagógica, respondendo às questões formuladas e oferecendo elementos para se compreender os processos organizados para preservar os acervos, e para reutilizar ou descartar os livros didáticos que encerram seu ciclo.

c) A partir da análise e sistematização das respostas colhidas nas entrevistas, foi possível localizar alguns caminhos que os livros percorrem fora dos muros da escola, atendendo ao terceiro objetivo do estudo realizado. De posse dessas informações, o trabalho de campo foi estendido para uma nova fase de entrevistas não estruturadas, caracterizadas de forma mais adequada como conversas informais.

Em particular, destaca-se que foi confirmada pelas entrevistas a relação estabelecida com cooperativas de catadores de material reciclável, que recolhem os livros que as escolas descartaram porque não serão reaproveitados. Essas informações permitiram identificar sujeitos e grupos que se encarregam de recolher os livros nas localidades, dando a eles novos destinos. Em conversas com esses sujeitos, foi possível compreender alguns processos de reaproveitamento dos livros que ocorrem fora dos muros escolares.

A partir desses procedimentos estabelecidos para atender aos objetivos traçados e das análises dos dados produzidos, foram obtidos resultados que permitem responder, ainda que de forma preliminar, as perguntas formuladas pela pesquisa, organizada em estudo de natureza exploratória. Na seção que segue serão apresentados resultados obtidos, atendendo aos objetivos e foco deste artigo, nos limites possíveis ao texto.

3. Circulação dos livros para além dos muros escolares e desenvolvimento sociocomunitário

Pesquisas sobre a leitura e os leitores no Brasil indicam que mais da metade dos brasileiros citaram os livros didáticos como seu material de leitura mais frequente, um resultado que, acrescido de outras referências e estudos, apontou a necessidade de investigar os processos de circulação desses livros, dentro e também fora do espaço escolar.

A pesquisa realizada centrou-se em três objetivos específicos, e a partir deles, aqui se descrevem analiticamente, de forma sucinta, alguns resultados obtidos por meio de técnicas e estratégias já descritas na seção anterior. Serão enfatizados aqueles que dizem respeito ao reaproveitamento dos livros pelas comunidades, em ações desenvolvidas de forma autônoma por sujeitos que não atuam em escolas.

Sobre o descarte de livros didáticos: o que dizem os documentos oficiais

Ao longo do século XX, os livros didáticos brasileiros ora se apresentaram como materiais de leitura para uso nas aulas, em atividades coletivas e sob a coordenação dos professores, e em outros momentos se apresentaram como materiais para uso dos alunos, para leitura e realização de atividades, transformando-se em material consumível, comprado pelo governo e distribuído às escolas, especialmente nos anos iniciais do ensino primário.

Esta compreensão foi alterada na criação do PNLD, em 1985, que propunha a ampliação da distribuição de livros para os anos seguintes e um maior número de disciplinas contempladas, mantendo os livros consumíveis apenas para o ensino inicial da leitura e da escrita. Outras medidas foram definidas, como a participação dos professores na escolha dos livros, uma reivindicação decorrente dos processos de redemocratização do país que saía do período de Ditadura Civil-Militar em 1984.

O novo programa criado exigiu que o governo federal regulamentasse o uso dos livros não consumíveis, que passaram a ser patrimônio das escolas, deveriam ser emprestados aos alunos para uso durante o ano letivo e devolvidos ao final. Essa definição permaneceu relativamente constante ao longo do tempo, tornando-se uma norma na legislação produzida em 2012, deixando de ser aplicada a cada novo edital em situações particulares como, por exemplo, na disciplina de Artes ou para o ensino de língua estrangeira.

A lei afirma que os livros didáticos “são destinados ao uso individual de alunos e professores,

e os acervos são designados como material permanente das escolas beneficiárias.” (Brasil, 2012). Assim, a cada três anos ocorre nova escolha e novos livros chegam às escolas; como afirmado por Barbosa (2021), não é difícil concluir que o armazenamento ou descarte dos livros usados pode se constituir em questão complexa para as instituições de ensino, que acumulam acervos e carecem de espaços físicos.

De acordo com a legislação específica do Estado (Paraná, 2017), ao final do ciclo trienal de uso as escolas podem doar os livros aos alunos. Se os alunos não quiserem levar os livros, eles permanecem sob a responsabilidade da escola que, nesse caso, pode fazer doações para entidades filantrópicas, associações que atendem alunos com necessidades especiais, instituições de formação de professores, cursos comunitários, bibliotecas públicas e cooperativas de reciclagem ou associações de catadores de materiais recicláveis.

Portanto, os resultados da pesquisa documental evidenciaram que os livros didáticos podem ser reaproveitados quando seu ciclo se encerra dentro de uma escola, e as orientações para seu descarte dirigem-se principalmente para outras instituições escolares. Porém, com fundamento na sustentabilidade e preservação ambiental, a legislação também indica a possibilidade legal de doação dos livros didáticos para serem reciclados, transformando-os novamente em papel para outros usos.

Ressalta-se que a cidade de Curitiba desde a década de 1970, e de forma geral o Estado do Paraná, desenvolveram campanhas de reciclagem de materiais e estimularam a formação de associações de catadores de papel entre moradores de comunidades mais pobres, gerando atividade econômica para uma parte da população de bairros periféricos e de localidades com populações de maior vulnerabilidade. Empresas de grande porte foram criadas para essa atividade econômica, às vezes de forma articulada com as cooperativas de comunidades.

A partir dos resultados obtidos na análise da normatização federal e estadual, a pesquisa buscou entender como as escolas resolvem a questão do descarte dos livros. Há forma de reaproveitamento dos livros? São doados? Para onde são encaminhados quando deixam de ser úteis para o processo de ensino e aprendizagem na escola?

Reaproveitamento, doação, descarte: o que fazem as escolas com os livros?

A lacuna ainda existente sobre esse tema nas pesquisas educacionais definiu a necessidade de realizar um estudo empírico de natureza exploratória,

conforme explicitado anteriormente. Nesta seção apresentam-se resultados das entrevistas realizadas em escolas, com o objetivo de levantar elementos sobre o que fazem com os livros depois que se encerra seu ciclo de uso. Para preservar a identidade das escolas colaboradoras e atender às recomendações de natureza ética, os resultados ressaltam as ações comuns e as ações diferenciadas, listadas pelos profissionais ouvidos no trabalho de campo.

A primeira opção indicada pelas três escolas, e adequada às normas, é entregar aos alunos os livros que eles usaram durante o ano. Duas escolas, com alunos de diferentes níveis socioeconômicos, ressaltaram o fato de que poucos manifestam interesse em levar os livros. Sublinha-se que, apesar dos cuidados e recomendações das escolas, e da colaboração dos alunos, ao final do ciclo de três anos os livros mostram os resultados de seu uso durante o período – mesmo conservados, sua aparência não é de um livro novo. Por outro lado, como foram utilizados ao longo do ano, talvez os alunos não se sintam motivados a levá-los para casa, embora para alguns haja razões afetivas para conservar os livros, como constatado em depoimentos entre jovens universitários (Barbosa, 2021).

Uma segunda opção de reaproveitamento dos livros foi apontada por duas escolas que guardam os exemplares em boas condições com dois objetivos: ampliar o acervo de suas salas de leitura, para que os alunos tenham materiais de pesquisa e para atender uma eventual falta de livros na cota que será recebida no ano seguinte. O pedido das escolas ao PNLD é feito com base nas matrículas do ano, acrescentando-se um percentual para ajustes; contudo, o movimento de matrículas pode variar em função de aumento de moradias, ou de migrações populacionais especialmente nas regiões periféricas. Assim, as escolas colaboradoras criaram estratégias para garantir material didático suplementar, mesmo que sejam títulos diferentes daqueles novos que chegam a cada ano.

Após esses encaminhamentos, que estão adequados às normas consultadas, as escolas relataram outra ação para realizar o descarte dos livros após o ciclo de uso: a doação para cooperativas de catadores de material reciclável. As escolas enfatizaram a importância desses grupos para o recolhimento do material que já não é de interesse da escola, liberando espaços que são ocupados pelos livros que permaneceram nas escolas, ao final do ano letivo, e que são necessários para a realização das atividades escolares.

Parte significativa dos prédios escolares públicos tem carência de espaços para atividades diferenciadas, salas de leitura e mesmo depósitos

para guardar materiais como os livros. Dessa forma, ao terminar o ano letivo a escola toma providências para doar os livros aos alunos, separar o acervo que será preservado para emergências e, então, doar o excedente para cooperativas que irão recolher o material.

Ao identificar essa estratégia utilizada pelas escolas, também prevista na legislação, evidenciou-se um caminho dos livros didáticos para o espaço sociocomunitário que envolve as cooperativas de catadores de material reciclável, com as quais as escolas mantinham contato. Para os pesquisadores, abria-se a possibilidade de compreender se as funções exercidas pelos livros no interior da escola seriam mantidas fora delas, se outras funções seriam atribuídas, ou ainda se esses acervos – valiosos, na opinião dos autores, apesar de limites e problemas – seriam totalmente transformados em papel para reaproveitamento em indústrias de reciclagem, distanciando-se da sua função de objeto de leitura.

Os catadores de material reciclável: os livros em ações no espaço sociocomunitário

Com resultados adequados ao estudo de natureza exploratória quanto às questões até aqui apontadas, o terceiro objetivo permitiu algum grau de aproximação com processos que ocorrem após a doação dos livros pelas escolas. Trata-se de uma abordagem complexa, em particular porque provoca questões quanto à legalidade das medidas tomadas pela escola, mas também pela forte exposição do tema nas mídias. A divulgação de notícias e reportagens sobre o descarte de livros é frequente, muitas vezes enfatizando elementos problemáticos como desperdício de dinheiro público, negação de direito de acesso ao conhecimento pelos alunos mais vulneráveis, falhas na responsabilidade administrativas das escolas, entre outros.

Com frequência, as situações não são suficientemente esclarecidas na mídia: questões relativas à necessidade e às alternativas de descarte não são discutidas em suas múltiplas faces; explicações dos diferentes agentes responsáveis pelas ações não são apresentadas e confrontadas; e, por fim, a mídia deixa expostos de forma pública os sujeitos escolares e outros agentes sociais envolvidos no processo de doação dos livros didáticos. Apesar das dificuldades para realizar contatos, gravar entrevistas e conversar sobre o tema, foi possível colher alguns depoimentos que contribuíram para dar respostas para as perguntas de pesquisa formuladas.

Um dos caminhos de circulação dos livros tem início nas doações de escolas para um projeto de

leitura específico que recolhe, classifica e organiza livros em pontos de grande circulação de pessoas na região metropolitana da cidade. Os leitores podem pegar o livro e podem devolvê-lo em qualquer posto de empréstimo do projeto; mas também podem levá-lo para casa, se desejarem. O projeto inicialmente recolhia e distribuía livros didáticos, mas desistiu de incluir este tipo de livro nos pontos de empréstimo, especialmente em função das denúncias feitas pela mídia sobre problemas na distribuição e uso dos livros.

Assim, ao receber as numerosas doações, os livros didáticos não são incorporados ao acervo do projeto, mas são disponibilizados como doação em áreas próximas aos pontos de empréstimo. Segundo os dirigentes, o projeto recolhe grandes quantidades de livros didáticos, mas redistribui apenas uma pequena parte deles; observam que há um grande interesse da população nesses livros, que são rapidamente levados pelas pessoas que circulam nesses espaços.

Um segundo caminho foi identificado a partir desse mesmo projeto de leitura. Por serem livros didáticos adquiridos pelo governo, as reportagens questionam a presença desses livros em circulação fora da escola (e não se discorda de que o controle é necessário); por isso, projetos como estes evitam associar livros didáticos aos seus acervos, temendo denúncias e problemas.

Assim, recolhem os livros que foram descartados e repassam aos catadores de material reciclável. O que acontece, então? Aqui se destaca uma primeira conclusão sobre a importância desses materiais que, sem possibilidade de reutilização nas escolas, se transformam em recurso para muitas famílias brasileiras.

Segundo Oliveira et al. (2014, p. 8), “Depois de muita luta hoje a profissão catador de materiais recicláveis é reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)”. Os autores destacam ainda que a profissão engloba diferentes tipos de trabalho e de trabalhadores, desde os autônomos que trabalham em “lixões” ou nas ruas das grandes cidades, até trabalhadores organizados em cooperativas, com ou sem parceria com o poder público.

As imagens a seguir mostram três situações de trabalho em ruas da cidade. Na Figura 1, o catador de materiais recicláveis utiliza sua força física para movimentar o carro e fazer a coleta; na segunda situação, o trabalhador usa uma motocicleta para puxar o carro de coleta (Figura 2); e finalmente a Figura 3 mostra um pequeno grupo de trabalhadores, dois homens e uma mulher, usando uma caminhonete para recolher o material deixado nas calçadas do bairro, em frente às residências.



Figura 1. Catador de materiais recicláveis em ruas da cidade. Fonte: Acervo pessoal N. Garcia (2021).



Figura 2. Catador de materiais recicláveis em ruas da cidade. Fonte: Acervo pessoal N. Garcia (2021).



Figura 3. Grupo de catadores de materiais recicláveis em ruas da cidade. Fonte: Acervo pessoal N. Garcia (2021).

A pesquisa localizou em 2019 dois agentes sociais que trabalham na atividade de coleta de materiais recicláveis. Com sua colaboração, foi possível realizar uma entrevista não estruturada para

saber o destino desses livros que já percorreram um longo caminho, saindo da escola e passando por projetos institucionalizados. Certamente parte dos livros é destinada à reciclagem. Essas cooperativas estão localizadas em áreas periféricas da cidade e agregam trabalhadores que recolhem o que se denomina, na localidade, “o lixo que não é lixo”. Portanto, os livros descartados se transformam em recursos financeiros, gerando renda e sustento para as famílias dos cooperados.

Contudo, as entrevistas também evidenciaram outra função que os livros descartados assumem, por ações desses agentes que exercem a profissão de catadores de material reciclável. Ambos os entrevistados, um homem e uma mulher, relataram sua preocupação em separar os livros em melhores condições e dar a eles outro destino, evitando que sejam destruídos para se transformar em papel. Lembrando as dificuldades que eles mesmos tiveram para se manter na escola, vivenciada também por muitas famílias com quem convivem, e por não terem tido a oportunidade de estudar, ambos dão valor ao livro didático e criam oportunidades de distribuição desse material.

Reconhecendo os livros como portadores de um conhecimento necessário – assim como conceituam especialistas como Forquin (1993) e Chopin (2001) – um dos entrevistados relatou como organiza a distribuição dos livros que ele seleciona entre os que foram recolhidos como material reciclável. Rafael (seu nome fictício) recolhe o material e leva-o para seu galpão de reciclagem. A grande maioria dos livros é separada para se transformar em papel, garantindo seu sustento e de sua família. Entretanto, usando suas categorias de classificação e avaliação particulares, ele separa alguns livros para doação. Quando reúne uma quantidade maior de livros, entre os quais estão os didáticos, coloca-os em uma caminhonete e se dirige a um local da periferia de Curitiba onde encontra crianças e familiares, abre as portas do veículo e informa à população local que os livros são para doação. Segundo Rafael, nunca sobram livros e as pessoas ficam agradecidas e emocionadas com a doação.

Os livros didáticos, assim, são ressignificados neste processo de circulação para fora dos muros da escola, quando já são compreendidos como materiais recicláveis – um lixo valioso que, para além de ser transformado em papel e gerar sustento, também se transforma em material de leitura, de estudo e de pesquisa em comunidades periféricas e em situação de vulnerabilidade. Em um país de poucos leitores e de grande desigualdade social, os livros didáticos podem ser um instrumento a mais no processo de desenvolvimento dessas comunidades, em particular quando não

há bibliotecas, salas de leitura ou outros projetos que coloquem livros à disposição das pessoas.

Relembra-se aqui uma ideia de Teresa Colomer, autora espanhola, afirmando que “andar entre livros é a condição essencial da educação literária das novas gerações” (2007, p. 197). Os livros brasileiros de ensino da língua materna podem colocar em circulação, para além dos muros escolares, diferentes gêneros textuais, por meio de textos que dificilmente chegariam àqueles leitores, dada a precariedade de acervos e espaços de leitura, especialmente nas regiões periféricas das grandes cidades.

Essa compreensão soma-se à contribuição de Antonio Candido, um reconhecido crítico literário brasileiro que relacionou direitos humanos e literatura. Tendo como referência Louis-Joseph Lebret, padre dominicano francês e economista, Antonio Cândido dividiu os bens da vida em “bens compressíveis” – que são substituíveis – e “bens incompressíveis” – que são essenciais. Segundo Candido, são incompressíveis “a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura.” (Candido, 2004, p. 174).

O conceito é, aqui, aceito e estendido pelos autores deste artigo, à leitura como um direito essencial. Em comunidades sem bibliotecas, centros culturais ou salas de leitura, os livros didáticos que circulam principalmente pela ação de catadores de material reciclável podem levar às populações mais vulneráveis textos de leitura de diferentes gêneros textuais, incluindo-se textos literários. Dessa forma, tornam-se instrumento de acesso ao direito à leitura e à literatura e, por derivação, tornam-se também um fator de desenvolvimento social.

4. Palavras finais

O ponto de partida deste artigo é a crença cientificamente sustentada nas relações entre leitura e desenvolvimento sociocomunitário. No caso brasileiro, a defesa do direito à leitura é parte das lutas para enfrentar as desigualdades sociais que se expressam fora e dentro das escolas. Nesse contexto, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é entendido como uma ação relevante para oferecer livros escolares a todos os alunos e alunas das escolas públicas. A distribuição gratuita dá a possibilidade de acesso ao conhecimento escolar, uma vez que o livro didático pode ser definido, na esteira de Escolano (2006), como “currículo editado”. Após um ciclo de três anos de uso por alunos diferentes, uma nova escolha acontece

e os livros deixam de ser usados. O que acontece então?

O estudo de natureza exploratória permitiu identificar algumas soluções que são dadas pelas escolas aos livros, doando aos alunos, preservando cotas para o ano seguinte e disponibilizando em salas de leitura. Contudo, o resultado principal do estudo empírico foi a identificação de caminhos de circulação dos livros didáticos que passam por catadores de material reciclável e por cooperativas de reciclagem, em comunidades vulneráveis.

Muitos livros são reciclados, transformando-se em papel novamente. Mas uma parte deles circula como material de leitura e de estudo após terem sido selecionados e distribuídos por catadores de material reciclável que valorizam os livros e entendem que eles podem ser úteis às comunidades, reconhecendo, neles, a presença de um conhecimento socialmente valorizado – o conhecimento escolar. A circulação de livros didáticos em projetos sociais ou nas casas das famílias que vivem nas periferias urbanas – portanto para além dos muros da escola – ressignificam esse objeto da

cultura escolar como instrumento de desenvolvimento dessas comunidades.

Por se tratar de um primeiro estudo da temática nessa abordagem, seus limites devem ser reconhecidos. Ainda foram poucos colaboradores externos à escola identificados e que se dispuseram a conversar sobre a questão da reciclagem e do reaproveitamento de livros descartados após seu ciclo de uso. Assim, coloca-se a perspectiva de continuidade de estudos nessa direção, uma vez que os resultados mostram a potencialidade de análises das formas de circulação e uso que ocorrem fora dos muros escolares.

Aponta-se ainda, a possibilidade de projetar ações colaborativas entre os diferentes agentes envolvidos – incluindo-se as escolas, os catadores de materiais recicláveis, as cooperativas, projetos e lideranças comunitárias – de forma a ampliar espaços de leitura e contribuir para o desenvolvimento de práticas de leitura. Trata-se de garantir esse direito essencial ao maior número possível de crianças, jovens e adultos da população brasileira, em particular dos segmentos mais vulneráveis.

Referências

- Barbosa, W. (2021). *Um lixo valioso: a circulação de livros didáticos fora do espaço escolar após o período de uso*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Borowicc, R., & Garcia, T. (2020). Processes of production, selection and use of teaching resources in literacy classes in rural areas. In S.T. Gissel (Ed.), *Researching Textbooks and Educational Media from Multiple Perspectives: Analysing the Texts, Studying their Use, Determining their Impact* (pp. 304-314). Odense, Denmark: IARTEM/UCL University College Laeremiddel.dk. https://iartemblog.files.wordpress.com/2020/08/iartem_2019_proceedings.pdf
- Brasil (2012). *Resolução nº 42 de 28 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica. <https://www.fnde.gov.br>.
- Candido, A. (2004). *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre o Azul.
- Cassiano, C. (2016). *O mercado do livro didático no Brasil do século XXI*. São Paulo: Editora UNESP.
- Chartier, R. (1999). *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução Reginaldo C.C. de Moraes. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado.
- Chaves, E. A. (2006). *A música caipira em aulas de História: questões e possibilidades*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Choppin, A. (2000). Pasado y presente de los manuales escolares. In J. Ruiz Berrio (Ed.), *La cultura escolar de Europa: tendencias históricas emergentes*. (pp. 107-165). Madrid, Biblioteca Nueva.
- Colomer, T. (2007). *Andar entre livros*. São Paulo: Global.
- Escolano, A. (2006). *Curriculum editado y sociedad del conocimiento*. Texto, multimedialidad y cultura de la escuela. Valencia: Tirant lo Blanch.
- Forquin, J. C. (1993). *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1989.
- Garcia, T. (2020). *A manualística como campo e a discussão teórico-metodológica: temas e perspectivas de investigação*. Apontamentos de aula. Curitiba: PPGE/UFPR.
- Garcia, T. (2016). El Programa Nacional de Livros Didáticos en Brasil (PNLD): procesos de homogenización y los desafíos para contemplar la diversidad y la cultura local. In M. Gómez Mendoza, T. Garcia, & J. Rodríguez, J. (Eds.), *Balance y análisis de la investigación sobre el libro de texto escolar y los medios digitales* (pp.432-442). Pereira,

- Colômbia: Universidad Tecnológica de Pereira. https://iartemblog.files.wordpress.com/2017/08/iartem_pereira_colombia_2016.pdf
- Instituto Pró-Livro. (2011, 2015, 2019). *Retratos da Leitura no Brasil*. <https://www.prolivro.org.br/pesquisas-retratos-da-leitura/as-pesquisas-2/>
- Kolinski, R., Morais, J., Cohen, L., & Dehaene, S. (2018). Les bases neurales de l'apprendissage de la lecture. *Langue Française*, 3(199), 17-33. https://www.persee.fr/issue/oai:cairn.info:lf_199
- Lipovetsky G., & Serroy, J. (2011). *A culturamundo: resposta a uma sociedade desorientada*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.
- Manguel, A. (2018). Ler é um ato de poder. Projeto Fronteiras do Pensamento. 14 jun. 2018. <https://www.fronteiras.com/videos/ler-e-um-ato-de-poder>
- Moraes, M., & Garcia, T. (2020). O papel do livro didático de História no trabalho remoto em regime especial durante a pandemia: revisitando teorias, conceitos e funções. In *Perspectivas do Ensino de História- Perspectivas Web 2020*. (pp. 1-10). Ponta Grossa, Paraná: Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História. <https://www.perspectivas2020.abeh.org.br/resources/anais/19/epoh2020>
- Oliveira, B., Carvalho, M., Oliveira, N., & Nascimento, Q. (2014). Um estudo sobre a importância das cooperativas de materiais recicláveis na logística reversa. In *XXXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção* (pp. 1-12). ABE-PRO: São Paulo.
- Paraná (2017). *Instrução Normativa nº 001/2017 - SEED/SUDE/DILOG*. Estabelece procedimentos para desfazimento de livros didáticos irrecuperáveis ou inservíveis do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, no âmbito das Instituições de Ensino da Rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná. http://enfrentamentoaviolencia.pbworks.com/w/file/118127502/2017_Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa_Desfazimento%20LDP.pdf
- Romanelli, G. (2019). Research on Music textbooks in Brazil. In J. R.Rodríguez, T. B. Garcia, & Eric Bruillard (Eds.), *IARTEM 1991-2016: 25 years developing textbook and educational media research*. (pp.189-204). Santiago de Compostela: IARTEM. https://iartemblog.files.wordpress.com/2019/09/iartem_25_years.pdf
- Soares, M. (2004). Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, 25, 5-17. <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>
- Vieira, E. A. (2018). *Jovens, escolarização e livros didáticos: estudo etnográfico em uma escola de assentamento (SC)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Waldfogel, Jane. (2012). The Role of Out-of-School Factors in the Literacy Problem. *Literacy Challenges for the Twenty-First Century*. *Princeton University*, 22 (2), 39-54. <https://www.jstor.org/stable/i23316316>

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO

Braga-Garcia, T.M., & Barbosa, W.L. (2021). Livros didáticos em espaços sociocomunitários. Para além dos muros escolares, novas funções. *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, 39, 75-86. DOI: 10.7179/PSRI_2021.39.05

DIRECCIÓN DE LOS AUTORES

TÂNIA MARIA FIGUEIREDO BRAGA GARCIA. UFPR, tanbraga@gmail.com

WAGNER BARBOSA. UFPR, w.b.wagnerbarbosa@gmail.com

PERFIL ACADÉMICO

TÂNIA MARIA FIGUEIREDO BRAGA GARCIA. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo. Graduada em Filosofia e Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. Professora Titular da Universidade Federal do Paraná, atua no Programa de Pós Graduação em Educação e coordena o Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas/UFPR. Membro da Diretiva da International Association for Research on Textbooks and Educational Media. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Linhas de investigação: Didáticas, Formação de professores, Manuais escolares e recursos didáticos.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0614-290X>

WAGNER BARBOSA. Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná. Graduado em Letras pela UFPR. É professor de português, literatura, produção textual e escrita criativa na Rede Estadual de Ensino do Paraná e em escolas privadas. Participa do Núcleo de Pesquisa em Publicações Didáticas/NPPD da Universidade Federal do Paraná. Linhas de investigação: Livros, Leitura, Manuais escolares.